

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

NOTÍCIAS DO MARANHÃO

(David Fáy)

(...) O Maranhão é uma bela ilha, mas não muito grande, com 6 léguas de extensão e 5 de largura; abrange uma cidade, de nome Maranhão, e quatro ou cinco aldeias. Os moradores da cidade são todos lusitanos, exceto os criados e as criadas, que são sarracenos da África ou naturais daqui. Os sarracenos são servos, comprados a alto preço, às vezes por cento e cinqüenta, duzentos, até trezentos florins; eles e seus descendentes são escravos perpétuos, os descendentes, porém, nem todos, mas só aqueles que são filhos de escrava; quando um escravo sarraceno casa com mulher livre, os filhos também são livres; quando um homem livre casa com escrava, os filhos são escravos perpétuos. Destes se compõe toda a servidão, que não é muito grande.

De nenhum modo é lícito sujeitar o povo daqui a qualquer serviço; por isso, a fim de ficarem isentos de serviço, é proibido contratá-los mesmo por um dia sem licença do missionário; a este respeito, quase anualmente S. M. manda ordens para que os governadores protejam a todo o transe a liberdade dos índios. Nas aldeias só habitam índios, porém os desta ilha são já todos cristãos. Aqui já não há pagãos, mas no interior do país existe ainda uma multidão enorme deles.

(...) O que há de mais grave nesse povo é que não admitem nenhum castigo. O missionário precedente, querendo castigar uma criança por alguma travessura, bateu-lhe na mão; logo a aldeia inteira se sublevoou e quiseram voltar à floresta; teve bastante que fazer para apaziguá-los. Era para o meio desses gentios que eu devia ir; não sei porque o R. P. provincial teve tal confiança na minha modesta pessoa. Eu também, é verdade, pedira à sua paternidade me enviasse à missão mais penosa que houvesse; no entanto, não sei por que razão modificou depois a sua ordem.

(...) Até o dia 12 de dezembro servirei aos portugueses em **Tapuitapera**, uma vila bem grande. Esta palavra significa na nossa língua, isto é, na brasileira, lugarejo que pertencera aos **tapuios**, mas não lhes pertence mais. **Tapui** significa bárbaro; por isso se alguém dá tal nome ao povo daqui, não gostam, embora eles nos dêem o mesmo nome a nós outros que somos brancos, mas não lusitanos: mas acrescentam ao nome a palavra **tinga**, que significa branco, donde **tapuitinga**, isto é, bárbaro

branco. Aos lusitanos chamam de **caráibas**, o que também significa branco, mas a palavra tem origem mais elevada, pois vem de **caraibebé**, que significa anjo. No entanto, gostam mais de nós e sabem distinguir entre nós e os lusitanos. Um índio veio ao Maranhão, da aldeia de Pindaré; estando todos nós no quarto do Pe. João Szluha, veio ter conosco, abraçou-se e disse a cada um de nós: **Tapuitinga katu**, isto é, o bárbaro branco é bom.

(...) O caminho, tive de percorrê-lo ora por mar ou rio numa pequena canoa, ora através das florestas, a pé. As florestas que eu vi são muito belas. São constituídas sobretudo de palmeiras, mas há também grande número de outras árvores.

(...) Para onde serei mandado depois de minha atual estada, ainda não sei dizê-lo. Por enquanto estou designado para ir à aldeia de **Maraen**, a que chamam aqui paraíso terrestre, mas tenho quase certeza de não ir lá antes de mais ou menos seis meses, porque esperamos um bispo governador de Lisboa, visto que ambos (os dois bispos anteriores) morreram em três semanas. A dita aldeia chama-se paraíso terrestre porque, tendo um chão bom e fértil em tudo, possui campos e florestas excelentes. Existe ali, particularmente, um lago bem grande; como agora, no verão, os riachos e torrentes da região secaram, todos os animais se encontram ali de manhã e de noite para matar a sede. Estando de canoa, é um prazer observar aquela variada multidão de bichos. Aqui a variação das estações consiste em verão e inverno; na verdade, o tempo é igual o ano todo, como na Hungria costuma ser nos meses de junho; no inverno, porém, chove quase todos os dias; no verão, de noite e de dia não para o vento, enquanto não há chuva.

-Não tenho mais o que comunicar senão uma notícia que certamente os deixará alegres conosco por causa do acréscimo da santa igreja-mãe, a saber: que dois povos foram retirados da floresta e estão construindo povoados. O primeiro chama-se **Ivari** e está distante daqui 400 léguas húngaras; o segundo **Carara**, ou, em lusitano, **Gamela**. (...) Tendo eles muitos inimigos, recorreram aos lusitanos para que os defendessem; por isso; foi-lhes mandado pelo governador um comissário, acompanhado pelo nosso provincial e dois padres, e fizeram aliança com eles, segundo pediram. Esse povo pediu aos lusitanos que o defendessem dos inimigos; nós, por nosso lado, pedimos-lhe que saísse da floresta, morasse numa aldeia e adotasse a doutrina; ambos os pedidos foram aceitos.

(Cartas do jesuíta David Aluísio Fáy; trad. de Paulo Rónai. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 64, págs. 262 a 270. Rio de Janeiro, 1944.)

SOBRE A ESCRAVIDÃO MODERNA

(Augusto Comte)

Julgo de meu dever não terminar esta indicação sem contribuir aqui com o meu sincero e especial contingente em favor da unânime reprovação filosófica que há de sempre merecer a monstruosa aberração social com que a avidez européia maculou então o legítimo brilho desse grande movimento. Três séculos depois da completa emancipação das pessoas, o catolicismo decadente é levado a sancionar e até a provocar, não somente o extermínio primitivo de raças inteiras, mas sobretudo a instituição permanente de uma escravidão infinitamente mais perigosa do que aquela para cuja abolição total ele havia tão nobremente concorrido. Ao estabelecer a verdadeira teoria sociológica da escravidão, considerada, quer como a base normal do primeiro regime político, quer como condição indispensável ao conjunto do desenvolvimento humano, já de antemão condenei suficientemente esta vergonhosa anomalia, mostrando a este respeito, de modo especial que as instituições que convêm à sociabilidade militar devem ser antipáticas com a sociabilidade industrial, necessariamente fundada sobre a libertação universal, e na qual, pelo contrário, a escravidão colonial tendia então a introduzir uma situação igualmente degradante para o senhor e para o escravo. A reação necessária desta imensa aberração, apesar de sua aplicação longínqua, sobre as porções correspondentes da população européia, devia favorecer indiretamente nestas o espírito de retrogradação ou de imobilidade social, impedindo aí a inteira extensão filosófica dos generosos princípios elementares peculiares à evolução moderna, pois que, por este modo, os seus mais ativos defensores, em contradição com pomposas demonstrações de filantropia, tiveram frequentemente um interesse pessoal na manutenção da mais opressiva das políticas.

A este respeito, as nações protestantes tinham de ser afetadas de modo ainda mais vicioso que os povos católicos, em que a ação sacerdotal, embora muito enfraquecida, tentou nobremente resgatar, por uma útil intervenção de todos os dias, a sua deplorável participação primitiva em uma tal monstruosidade social; ao passo que nas colônias protestantes a anarquia espiritual consagrada pelas leis devia habitualmente deixar livre curso à opressão privada, salvo a oposição inerte que ofereciam alguns vãos regulamentos temporais, ordinariamente formados ou pelo menos aplicados pelos próprios opressores.

Relativamente a esta anomalia comum aos vários elementos europeus, folgo de notar aqui que a França teve desde o princípio a felicidade de achar para si entre as potências coloniais a situação menos

desfavorável: tomou no movimento de colonização uma parte direta bastante grande para daí tirar continuamente um estímulo industrial importante, sem todavia ter-se empenhado tanto nesse movimento, a ponto que dele ficasse dependendo essencialmente o seu desenvolvimento prático; evitando assim que o seu futuro social pudesse jamais encontrar graves obstáculos na influência retrógrada necessariamente emanada dessa desastrosa instituição, cujos cobiçosos promotores deviam ter ulteriormente nesta conseqüência o justo castigo que naturalmente deriva neste particular do conjunto das leis fundamentais peculiares à sociabilidade humana.

(*Curso de Filosofia Positiva*, 6º vol., lição 56; *apud* "O Positivismo e a Escravidão Moderna", por Miguel Lemos; 2ª ed., págs. 17 a 20. Rio de Janeiro, Templo, da Humanidade, 146 — 1934; Publicação nº 11 da Igreja Positivista do Brasil.)

*

* *

TRANSCRIÇÃO

PERFIL DE AMADOR BUENO

Pedro Taques

Amador Bueno foi um dos paulistas da maior estimação e respeito, assim na pátria, como fora dela. Teve grande tratamento e opulência por dominar debaixo de sua administração muitos centos de índios, que de gentio bárbaro do sertão se tinham convertido à nossa fé, pela indústria, valor e força das armas, com que os conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos. Com o trabalho destes homens, ocupados em dilatadas culturas, tinha todos os anos abundantes colheitas de trigo, milho, feijão e algodão. Desta fartura ficava sendo igual a da criação de porcos. Possuiu número grande de gados vacuns, animais cavалares e rebanhos grandes de ovelhas, de que foi muito fértil o estabelecimento e povoação da cidade de São Paulo, cujos habitantes não logram no presente tempo daquela abundância antiga da criação das ovelhas, por cuja falta se extinguiram as fábricas de chapéus grossos que, ainda no fim do século e ano de 1699, estavam estabelecidas. Da abundância que possuía Amador Bueno sabia liberal empregar na utilidade pública, e despender nas ocasiões do real serviço, porque de São Paulo costumava ir para a cidade da Bahia, em apertos de guerra, socorros de farinhas de trigo, carnes de porco e feijão, que pediam os governadores gerais do Estado em diversos tempos.

Ocupou Amador Bueno os honrosos empregos da república da sua pátria, tendo as rédeas do governo dela repetidas vezes; e sempre o primeiro voto nos acórdãos do bem público e do serviço do rei. Foi ouvidor da capitania de São Vicente, e na câmara desta vila, como cabeça de comarca, tomou posse a 11 de fevereiro de 1627. E, neste mesmo ano, pediu de sesmarias umas terras que se lhe concederam, e na súplica relata haver feito muitos serviços a Sua Majestade, e haver acudido com suas armas e escravos em todas as ocasiões de inimigos à vila de Santos, sempre à sua custa. Foi provedor e contador da fazenda nacional da dita capitania por provisão de Diogo Luiz de Oliveira, datada na Bahia a 6 de dezembro de 1633, de cuja ocupação tomou posse em Santos, que lhe deu Pedro da Mota Leite, capitão-mor governador da dita capitania, a 27 de abril de 1634. Passou a governador da dita capitania de São Vicente, com patente de capitão-mor, com 80\$ de soldo, que sempre perceberam os capitães-mores governadores da capitania de São Vicente e São Paulo, até o

último, em quem se extinguiu esse caráter, depois de possuir a sobredita capitania o seu 1º governador e capitão-general na pessoa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em 1710.

Foi Amador Bueno vassalo de tanta honra e fidelidade, que, achando-se na sua maior opulência de cabedais, respeito e estimação, com dois genros castelhanos, ambos irmãos e fidalgos ambos, que tinham poderoso séquito dos espanhóis, casados e estabelecidos em São Paulo, com aliança das famílias mais principais da capitania; não podendo estes castelhanos suportar a gloriosa e feliz aclamação do Sr. rei Dom João IV de Portugal, e 2º do nome entre os sereníssimos duques de Bragança, formaram um corpo tumultuoso e as vozes aclamavam por seu rei a Amador Bueno, intentando vencer com este bárbaro e sacrílego atentado a constância do honrado vassalo Amador Bueno, para, deste modo, evitarem a obediência e o reconhecimento que se devia dar ao legítimo rei e natural senhor, ficando São Paulo com a voz de Castela. Porém Amador Bueno, sem temer o perigo nem deixar-se prender da indiscreta lisonja, com que lhe ofereciam o título de rei para o governo dos povos da capitania de São Paulo, sua pátria, soube desprezar, e ao mesmo tempo repreender a insolente aclamação, desembainhando a espada e gritando a vozes: — Real, real por Dom João IV, rei de Portugal. Salvou a vida do perigo em que se viu pelo corpo desta horrorosa sedição, recolhendo-se ao sagrado mosteiro de São Bento, acompanhado dos leais portugueses europeus e paulistas até ficar em sossego o inquieto ânimo dos castelhanos que tinham fomentado o tumulto.

(**Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica**, vol. 1, págs. 75 a 77. São Paulo, Martins, 1953; "Biblioteca Histórica Paulista", vol. IV.)

*

* *